



## REFORMULAÇÃO DE VALORES: VICTOR HUGO EM DEFESA DA IMPRENSA FEMINISTA DO SÉCULO XIX

### REFORMULATION DES VALEURS : VICTOR HUGO À LA DÉFENSE DE LA PRESSE FÉMINISTE DU XIXE SIÈCLE

VANESSA PASTORINI<sup>1</sup>

**Resumo:** No período determinado entre 1871 e 1914, cerca de trinta e cinco jornais feministas foram publicados na França. O primeiro a ganhar vida, *le Droit des femmes* (1869), teve uma má recepção por parte da sociedade da época, o que fez com que o seu editor, Léon Richer, fosse hostilizado publicamente. O escritor, romancista e ativista político, Victor Hugo, reconhecido personagem pertencente ao movimento progressista, escreve uma carta a Léon Richer, em apoio à causa feminista. O presente artigo procura analisar os procedimentos argumentativos adotados pelo autor, cujo objetivo era o estabelecimento de um diálogo em uma sociedade contrária aos novos ideais propostos, entre elas a reformulação dos valores. Dentre os resultados, é possível inferir um domínio da arte da persuasão por parte de Victor Hugo, ao buscar o contato prévio com o auditório, como se valer, em determinados trechos, do gênero epidítico para lidar com um grupo específico. O resultado obtido pelo autor ajuda na compreensão do modelo de sociedade aberta, proposto por Danblon, onde o *dissenso* é enxergado como algo saudável.

**Palavras-chave:** Victor Hugo; imprensa feminista; século dezenove; argumentation.

**Résumé :** Entre 1871 et 1914, environ trente-cinq revues féministes ont été publiées en France. La première à gagner sa vie, le *Droit des femmes* (1869), a été mal accueillie par la société à l'époque, ce qui a conduit son éditeur, Léon Richer, à être harcelé publiquement. L'écrivain, romancier et militant politique Victor Hugo, personnage reconnu qui appartient au mouvement progressiste, écrit une lettre à Léon Richer pour soutenir la cause féministe. Cet article tente d'analyser les procédures argumentatives adoptées par l'auteur, dont l'objectif était l'instauration d'un dialogue dans une société contraire aux nouveaux idéaux proposés, tels que la reformulation des valeurs. Parmi les résultats, il est possible d'inférer un domaine de l'art de la persuasion de Victor Hugo, lors de la recherche du contact précédent avec le public, comme si, dans certaines sections, le genre épideytique était utilisé pour traiter un groupe spécifique. Le résultat obtenu par l'auteur aide à comprendre le modèle de société ouverte proposé par Danblon, où la dissidence est considérée comme quelque chose de sain.

**Mots-clés:** Victor Hugo, presse féministe, dix-neuvième siècle, argumentation.

## INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVIII e XIX, a França se encontrava afundada em diversos movimentos de revolução, responsáveis por mudanças cujos ecos ainda são

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). [vanessa.pastorini10@gmail.com](mailto:vanessa.pastorini10@gmail.com).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9602-3367>

perceptíveis nos dias atuais. Iluminando os acontecimentos sobre um ponto de vista mais específico, na busca pela compreensão das lutas empenhadas pelas mulheres que viveram no período, destacamos a evolução do que hoje se consideraria como imprensa feminista, tendo como termo feminista tomado como “[...] toda ação consciente empreendida na defesa do sexo feminino” (DUARTE, 2008, p. 197). Segundo Duby, Fraisse e Perrot (1994), a imprensa feminista francesa pode ser dividida em três momentos históricos: Revolução de 1830, com a publicação do *La femme Libre* (1832) pelas sainsimonianas (FORGETE, 2001); Revolução de 1848, graças ao *La Voix de Femmes* (1848), dirigido por Eugénie Niboyet (ALBISTUR; ARMOGATHE, 1977); e, por fim, a Terceira república (1870). Neste último período, segundo Albistur e Armogathe (1977), entre 1871 a 1914, trinta e cinco jornais feministas foram publicados, aproximando-se, em 1900, da quantidade de revistas destinadas ao público feminino<sup>2</sup>.

A compreensão dos discursos em prol das lutas das mulheres se vê intrinsecamente relacionado com as lutas de algumas mulheres letradas. Dois exemplos importantes de personagens femininas ilustres merecem destaque: a ação realizada por Olympe de Gouges e o jornalismo militante empreendido por Flora Tristan. Gouges é conhecida por ter sido responsável pela publicação da *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*<sup>3</sup>, em 1791, e seu destino, mesmo tendo, como indicam os frutos da sua publicação<sup>4</sup>, conquistado um espaço como uma mulher intelectual da sua época, foi a sentença de morte pela guilhotina. Algumas décadas mais tarde, em meados de 1830, Flora Tristan, uma militante socialista, empreende a escrita de brochuras e jornais em defesa da classe operária e das mulheres. Sua luta se pautava na causa das minorias, e usava, como ferramenta de luta, suas palavras. Por conta de atritos com o líder do movimento socialista, Prosper Enfantin, Tristan opta por continuar a sua luta em busca da união da classe operária francesa sem apoio, partindo de Paris, em 1844, viajando por diversas cidades francesas, movimento que ficou conhecido como *Tour de France* (AMARANTE, 2010).

Quando o primeiro jornal feminista foi publicado após a lei de 1881<sup>5</sup>, *le Droit des femmes*, em 1896, o editor responsável pelo periódico, Léon Richer, foi alvo de enormes críticas por parte da população, provocando acessos de risos, segundo relatos da época coletados por Li Dzeh Djen (1934). Os objetivos propostos pelo jornal eram bem definidos, conforme elucidam Albistur e Armogathe (1977): a emancipação civil da mulher e a sua formação política. Ao optar por colocar em relevo o impedimento ao acesso da mulher no espaço da cena pública, processo que

---

<sup>2</sup> Ocorre a divisão entre publicações destinadas às mulheres, cujos conteúdos se restringem à moda, aos relatos de viagem, as receitas de cozinha, ou seja, a maioria dos jornais, com àqueles que, ao contrário, empenham-se na luta por direitos do grupo (PERROT, 2015).

<sup>3</sup> A demanda majoritária da declaração consistia na inserção das mulheres na Assembleia Nacional, sendo-lhes atribuídas tanto direitos como deveres semelhantes aos dos homens.

<sup>4</sup> Seu texto será utilizado como base para outras figuras igualmente relevantes no contexto das lutas das mulheres, como pela primeira mulher a se candidatar a Câmara legislativa francesa, Jeanne Deroin (SCOTT, 2002).

<sup>5</sup> A lei de 1881, regulamentada no período da Terceira República, é responsável pela fundação do regime do jornalismo moderno (PERROT, 2015, p. 35)

perdurava desde o Código Napoleônico (1804)<sup>6</sup>, o periódico constatou uma reação adversas dos leitores mais conservadores. Inseridos nas esferas ‘antifeministas’, os conservadores “persistem em definir as mulheres como fundamentalmente diferentes dos homens, ligadas pela ‘natureza’ à esfera privada e inaptas à vida política na esfera pública”. (CHENUT, 2012, p. 55, tradução livre). A somatória desses acontecimentos, acrescidos do desfecho sofrido pela escritora Olympe de Gouges e pela militante Flora Tristan, permite um esboço dos valores vigentes da sociedade francesa do século XIX, relacionados com ideia de inferioridade do segundo sexo.

O escopo deste trabalho consiste em uma análise dos fragmentos da carta escrita por Victor Hugo, publicada em 1872, cujo conteúdo se volta para a defesa da explosão dessa nova vertente jornalística, etiquetada como feminista. O teor da carta, bem como a necessidade de se posicionar em defesa de um ponto de vista não bem-aceito pelo auditório, sintetizados como feminista e conservadores, justifica a força do seu material argumentativo. Evitando a divisão entre texto argumentativo e não argumentativo, conforme colocado por Fiorin (2018), tomamos, ainda segundo o autor, argumentativos o “conjunto de procedimentos linguísticos e lógicos usados pelo enunciador para convencer o enunciatário” (FIORIN, 2018, p. 75).

A noção do auditório universal, alvo de Hugo, é o ponto inicial para a construção da argumentação, compreendido como os valores dominantes em um determinado momento histórico-social (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22). Neste sentido, o embasamento teórico será majoritariamente pautado nos estudos sobre retórica, realizados por Perelman e Olbretchs-Tyteca (2005), cujo enfoque recai sobre o livro *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trabalharemos também com o conceito de democracia proposto por Emmanuelle Danblon (2005), associado aos atributos de uma sociedade aberta, tendo como princípio de sua garantia de que os indivíduos tenham a permissão de estipularem críticas às instituições vigentes. Abordaremos também a relevância atribuída à concepção dos valores, por meio dos quais nos permitem obter um panorama da sociedade como um todo. Por último, devido o fato de ter se levantado a opinião atribuída à maioria, trazemos o conceito de *doxa* trabalhado por Coquelin (1999), compreendido como tradições e ou convenções sociais, que designam um meio (espaço onde se desenvolve a ação) e indicam um modo de falar que convém a este meio.

É importante ressaltarmos que o objetivo dessa análise não se atará apenas aos fatores da ordem histórico-sociológica. O que está posto em evidência, graças às atitudes argumentativas empreendidas por Hugo, é a tentativa de reformulação dos valores da sociedade francesa do período. Danblon assinala, no seu trabalho *Argumenter en Democratie* (2005), a importância da crítica a ser feita sobre os valores da sociedade, como forma de sustentar um estado de democracia.

---

<sup>6</sup> “O Código Civil é o grande inimigo das feministas que o julgam responsável por grande parte dos males que assolam a metade feminina da população francesa.” (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985, p. 11, tradução livre)

Tomaremos os valores adotados pelos conservadores como valores abstratos, conforme apresentados por Perelman e Olbretchs-Tyteca (2005), mas, neste caso, associados à ideia de veracidade à cerca da impossibilidade de atribuição de direitos às mulheres e sua respectiva inferioridade face ao sexo masculino.

## CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Em 8 de junho de 1872, Victor Hugo, dramaturgo, ensaísta, ativista político, mais reconhecido na contemporaneidade pelo seu romance *Os Miseráveis* (1862), escreve uma carta pública, endereçada ao editor Léon Richer. Para adentrarmos no contexto de surgimento da carta, vale lembrar que a adesão de Hugo às causas entendidas como feministas não é algo que possa ser recebido como um posicionamento inédito por parte do autor. Duarte (2008), ao abordar os intelectuais ativos na França no século XIX, coloca o escritor no grupo daqueles que eram favoráveis ao socialismo utópico. O pensamento adotado pela doutrina, cujo corpo de membros contavam com nomes reconhecidos no meio social e intelectual – dentre eles George Sand, Saint-Beuve e o próprio Victor Hugo – era a defesa pelo do progresso<sup>7</sup>. A necessidade dessa concepção evolutiva da história abarcava, principalmente, a preocupação com “as classes sociais até então exploradas e inconscientes.” (DUARTE, 2008, p. 169).

Toda a trajetória hugoliana vê-se preenchida por tomadas de posicionamentos políticos, críticas às instituições vigentes e em defesa das classes sociais menos favorecidas. As publicações de Victor Hugo, em especial os seus romances, servem como exemplo para a construção da imagem do referido orador. *Le dernier jour d'un condamné* (1834) e *Claude Gueux* (1834) convêm para ilustrar, mesmo que de forma bastante simplificada, a postura política adotada por Hugo. Ambas as obras, por se tratarem de trabalhos com temáticas contrárias à pena de morte vigente na França naquele período, auxilia na criação da imagem de um orador avesso aos valores enraizados no seio da sociedade francesa da época<sup>8</sup>.

Ao levar a adoção de uma postura crítica face aos valores de um auditório universal, de encontro com o conteúdo proposto pela carta de Victor Hugo, é possível perceber a relação entre a sua escrita e as convicções dos ideais progressistas adotados. A relação entre os seus escritos e o a sua figura liberal é impulsionada graças à autoridade adquirida pelo autor, sobretudo ao se inspirar nos ideais progressistas para a escrita da carta, agindo em congruência com a imagem que o auditório projeta deste orador. Conforme assinala Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), quanto mais importante é a autoridade (no caso deste artigo, conferida ao escritor Victor Hugo), “mais indiscutíveis parecem suas palavras”. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 351).

---

<sup>7</sup> Formulado por Conde Simon (1760-1825) e retomado por Infantin (1796-1864), o socialismo utópico acreditava na libertação do ‘homem pelo homem’, dentre eles a abolição da escravidão e da opressão da mulher. (ABRAHAM; DESNÉ, 1987)

<sup>8</sup> Mesmo tendo sido uma causa defendida assiduamente por Hugo, a abolição da pena de morte só se concretizará tardiamente, em 1981.

No espaço dedicado à análise, abordaremos novamente a questão da autoridade do autor, como um utensílio passível de ser inferido como ferramenta argumentativa empregada na construção do discurso. A hipótese consiste, portanto, na aceitação do lugar de fala atribuído a Hugo, graças ao seu percurso como militante pelas causas progressistas, no momento da argumentação, por parte do público ao qual se dirige.

## ANÁLISE

Como fundador da revista *le Droit des femmes* (1869), Léon Richer foi atacado por diversos setores da sociedade, visto que os avanços observados pela imprensa feminista foi acompanhado pelo desenvolvimento de campanhas antifeministas, compostas por “homens de poderes – advogados, intelectuais, escritores, sociólogos, historiadores e políticos”. (CHENUT, 2012, p. 52, tradução livre). Dentre as temáticas abordadas, os ataques a Léon se deram principalmente por defender a emancipação civil da mulher, conforme ilustrado pela pesquisa realizada por Li Dzeh Djen (1934). Ao ser fazer uma análise acerca dos eventos recorrentes na França, entre o final do século XVIII e o início do século XX, confirma-se a manutenção de ideais conservadores.

Segundo o estudo apresentado por Albistur e Armogathe (1977), *le Droit des femmes* se encarregava de fazer uma propaganda massiva para a admissão das mulheres nas escolas e em concursos, além de empreender uma luta pela reforma dos regimes matrimoniais e o reestabelecimento do divórcio. Os valores conservadores sustentados pelo senso comum, ou seja, “aquilo a que chamamos habitualmente senso comum consiste numa série de crenças admitidas no seio de uma determinada sociedade, que seus membros presumem ser partilhadas por todo ser racional” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 112) seriam, portanto, ligados à submissão feminina<sup>9</sup>.

Em contraponto, os ideais progressistas, defendidos pelo escopo do jornal, como também pelo escritor Victor Hugo, buscavam assegurar os mesmos direitos para ambos os sexos. A intenção da reformulação dos valores pelo jornal vai além, com o projeto de uma reconstrução da imagem da mulher na sociedade, conforme explicitado em certas passagens da carta.

(i) Na nossa legislação tal qual conhecemos, as mulheres não são proprietárias, não estão no tribunal, não votam, não contam, não são. Há cidadãos, não há cidadãs. Tem-se um estado violento: é preciso cessá-lo.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Dentre outros argumentos usados como justificativa pelos adeptos da submissão feminina, encontram-se uso de discursos bíblicos e pesquisas relacionadas à evolução da espécie (CHENUT, 2012).

<sup>10</sup> « Dans notre législation telle qu'elle est, la femme ne possède pas, elle n'est pas en justice, elle ne vote pas, elle ne compte pas, elle n'est pas. Il y a des citoyens, il n'y a pas de citoyennes. C'est là un état violent : il faut qu'il cesse. » (HUGO, 1872, anexo 1).

Marc Angenot (2015), ao trabalhar com a relação estabelecida entre o *consenso* e o *conflito* na arte de persuadir, assinala a coexistência do discurso de setores *canônicos* com os discursos classificados como *periféricos*<sup>11</sup>. Trazendo esse conceito para a análise da carta de Victor Hugo, é possível caracterizar os valores e os discursos conservadores como sendo os canônicos para a sociedade da época. O discurso feminista, como nesse caso (i), defendido por Hugo, se encontraria às margens “desses setores de legitimidade” (ANGENOT, 2015). Não se trata puramente de divergências de opiniões entre dois grupos distintos, mas da imposição, por parte da maioria, de limites de aceitabilidade de valores. A título de ilustração, Angenot (2005), aborda, ainda, o lugar de fala dado ao discurso feminista sufragista, conforme apresentado na passagem:

porque naquela época o discurso feminista sufragista, embora estivesse calcado nos discursos políticos progressistas de todo o século, permanecia privado de aceitabilidade, incluindo uma mínima aceitabilidade, que pudesse lhe permitir ser considerado razoável, mesmo que tal consideração fosse indignada e colérica. O feminismo não provoca a cólera em 1890: ele faz rir. (ANGENOT, 2015, p. 40)

Estabelecido o contexto de surgimento da carta, passa-se agora para a análise retórica a ser utilizada quando se trabalha o fenômeno do *dissenso*, ao tomarmos o caráter criticável das instituições e refutar o consenso regente (DANBLON, 2005). Pensar no exercício da argumentação implica, antes de mais nada, conforme apresentam Perelman e Olbretchs-Tyteca (2005), refletir sobre o que é presumidamente aceito pelos ouvintes. Contudo, quando nos deparamos com um diálogo onde o *dissenso* é predominante, corre-se o risco do estabelecimento de uma disputa por pontos de vista. Danblon (2005) ressalta a importância da fala pública no exercício de uma democracia avançada, no papel de reformulação dos princípios que a fundam. Para isso, as opiniões de cunho pessoal, pertencentes, portanto, à esfera do particular, não podem se misturar quando o que está em jogo pertence ao espaço da esfera pública<sup>12</sup>. Victor Hugo, no início da sua carta, parece correr o risco de levar a problemática da mulher para o campo da opinião de cunho pessoal.

(ii) Senhor, Eu me uno do fundo do meu coração à sua profícua manifestação. Durante quarenta anos, invoquei a grande causa social à qual você se dedica nobremente.<sup>13</sup> (HUGO, 1872, anexo 1, tradução livre).

Por mais que se tenha a inclinação de tomar o início da argumentação, como demonstra a carta de Hugo, com uma apresentação pessoal, faz-se necessário

---

<sup>11</sup> Os discursos classificados como canônicos são os discursos sociais de uma época tidos como legítimos, em contrapartida, os periféricos são discursos que se encontram na periferia do sistema discursivo, ocupado “por toda sorte de pequenos grupos que opõem às ideias e aos valores dominantes” (ANGENOT, 2015, p. 36-37).

<sup>12</sup> “Mas a política e os valores sociais não são uma questão de gosto pessoal, porque dizem respeito a decisões coletivas”. (DANBLON, 2005, p. 43, tradução livre)

<sup>13</sup> « Monsieur, Je m’associe du fond du cœur à votre utile manifestation. Depuis quarante ans, je plaide la grande cause sociale à laquelle vous vous dévouez noblement. » (HUGO, 1872, anexo 1)

observar além do dito. Victor Hugo, ao se valer desse artifício retórico, introduz seu discurso com um posicionamento favorável à publicação de Léon Richer, como também ao introduzir, na argumentação, a sua imagem própria. O movimento retoma a prova por meio do *éthos*, onde o autor busca “dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança” (MOTTA; SALGADO, 2008, p. 13). Ao optar por essa estratégia, o discurso proferido no interior da carta remonta ao *éthos prèvio* hugoliano, ou seja, sua imagem discursiva concebida em um momento anterior ao enunciado (*Ibidem.*, p. 15). Conforme Perelman & Olbrechts-Tyteca (2015), “constata-se então que uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não com a opinião dos oradores”. (2005, p. 350). Por se tratar de uma defesa congruente com os ideais adotados pelos progressistas, os argumentos apresentados vão de encontro com a sua imagem prévia de orador, o que permite a valorização do dito.

A ideia de se buscar uma base comum de temas é consonante ao proposto por Durker et al. (2017), ao constatar que, para haver um diálogo, é necessário o estabelecimento de uma estrutura similar a uma gramática comum entre os interlocutores. Incitar a elaboração de uma base comum demanda um preparo por parte do orador, na inclinação de atender às exigências do grupo ao qual se dirige. No caso da carta, o autor projeta um auditório que se posiciona como avesso às mudanças em suas estruturas bases, propriamente na submissão do sexo feminino. O não estabelecimento desses saberes compartilhados, acarretaria, portanto, em um *dissenso* entre as partes, sendo necessária a adoção de outras estratégias de diálogo.

A concepção de valores, que serão encontradas no discurso do Victor Hugo ao escrever a carta, se alinham com as premissas dirigidas a um grupo particular (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), como também aos ideais defendidos pela *doxa*. As premissas são constituídas como material, explícito ou implícito, passível de ser utilizado como ferramenta para alcançar a adesão do auditório. É por meio das premissas que o orador consegue descobrir os meios possíveis de persuasão para cada caso, para incitar a vontade no auditório de agir em conformidade com a opinião resultante (JÚNIOR, 2008).

Na obra *Tratado de Argumentação*, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) abordam o conceito de acordo prévio, fundamental para que se possa realizar uma comunicação. O estabelecimento de um contrato entre duas partes em *dissenso* pode se dar com o emprego de determinados objetos valores, que variam conforme o contexto, indo de acordo com demanda de adesão referente a cada grupo específico. No caso assinalado, observa-se um estudo da *doxa* da parcela conservadora da sociedade francesa da época, concebidos por Hugo. Trata-se da escolha de temáticas específicas, visando o estabelecimento de um acordo prévio, conforme indica a citação:

(iii) Ora! Há um ser, um ser sagrado, que nos formou a partir de sua carne, nos vivificou com seu sangue, nos alimentou de seu leite, preenchidos de seu coração, iluminados com sua alma, e este

ser sofre, e este ser sangra, chora, definha, treme [...] Beijemos os pés de nossa mãe!<sup>14</sup> (HUGO, 1872, anexo 1, tradução livre)

O fragmento se vale da invocação dos valores sagrados. A mulher é associada, neste momento, ao ser divino, por meio do uso do lexema *sagrado*, como também é possível inferir a repetição de uma trajetória narrativa associada ao percurso realizado por Jesus Cristo. O valor atribuído ao *sagrado*, ou à temática religiosa, nesta aplicação, é compreendido como um relevante utensílio de persuasão, devido à sua associação com formas de vida que têm peso normativo (DUNKER ET AL., 2017). Danblon (2005) acrescenta ainda o caráter fundamental atribuído a determinados valores, como no caso ao *sagrado*, como forma de atingir o maior público possível. Hugo não faz aqui uma revisão de um dos princípios regentes, no caso a religião, de uma sociedade dada: ele o utiliza como forma para fundamentar a sua abordagem. O auditório, nesse momento, é compreendido como um auditório amplo devido o emprego que remetem ao campo religioso, tomado como uma premissa de valor concreto, aceita sobretudo por conservadores (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Ao longo da carta, é possível perceber uma mudança na estratégia argumentativa empregada por parte do escritor. Trata-se de passagens onde Victor Hugo não se dirige mais para uma grande maioria, ao se valer de uma premissa amplamente aceita, conforme a postura assumida no início. No exercício argumentativo, é preciso que o orador seja ouvido pelo auditório ao qual se dirige e para que isso transcorra, aquele que fala precisa elaborar uma construção mais ou menos esquematizada (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 p. 22). O que Victor Hugo constrói é uma adaptação no seu argumento, de forma que ele passa a referir-se, nesse momento, diretamente a um grupo específico:

(iv) Nós filósofos, nós contempladores do ideal social, não nos abandonemos. Continuemos nosso trabalho. Estudemos de todos os lados, com uma dedicação afínca, esse patético problema da mulher, cuja solução resolveria praticamente a questão social como um todo<sup>15</sup>. (HUGO, 1872, anexo 1, tradução livre)

Ao mudar de auditório, Hugo muda também o instrumento valor de persuasão a ser utilizado. O valor a ser usado como objeto de acordo é estabelecido segundo o auditório visado, a dos filósofos “contempladores do ideal social”. A abordagem proposta na carta se dirige diretamente a esse público específico, sem, contudo, deixar de lado a preocupação com a abstenção de lexemas que poderiam gerar desconforto ou algum tipo de mal-estar. Pelo contrário, têm-se um elogio feito aos membros deste grupo de intelectuais, de forma a encorajá-los a continuar o trabalho, aparentemente já em andamento, como para incitá-los a adicionar, em suas

---

<sup>14</sup> « Quoi ! il y a un être, un être sacré, qui nous a formés de sa chair, vivifiés de son sang, nourris de son lait, remplis de son cœur, illuminés de son âme, et cet être souffre, et cet être saigne, pleure, languit, tremble [...] Baisons les pieds de notre mère ! » (HUGO, 1872, anexo 1)

<sup>15</sup> « Nous philosophes, nous contemplateurs de l'idéal social, ne nous laissons pas. Continuons notre œuvre. Étudions sous toutes ses faces, et avec une volonté croissante, ce pathétique problème de la femme dont la solution résoudrait presque la question sociale toute entière. » (HUGO, 1872, anexo 1)

reflexões, o problema social da mulher. Os elogios feitos, conforme apresentado pelo trecho assinalado, correspondem ao gênero epidíctico, trabalhado por Perelman & Olbertchts-Tyteca (2005). A característica predominante deste gênero é a inclinação, por parte do orador, a realizar elogios e a realçar as qualidades do seu auditório. Ao se valer desse gênero, o discurso hugoliana aparenta, acima de tudo, a adesão do público por meio da adesão de valores reconhecidos pelo auditório, tendo em vista que

a argumentação do discurso epidíctico se propõe a aumentar a intensidade da adesão a certos valores, sobre os quais não pairam dúvidas quando considerados isoladamente, mas que, não obstante, poderiam não prevalecer contra outros valores que viessem a entrar em conflito com eles (PERELMAN; OLBERTCHS-TYTECA, 2005, p. 56).

Continuando a análise acerca da citação apresentada (iii), Victor Hugo, ao se dirigir aos filósofos, não o faz de forma distanciada<sup>16</sup>. Ao retomar as ferramentas argumentativas usadas no primeiro fragmento (i), o que se tem é uma retomada de valores atribuídos à imagem do autor. O que torna a abordagem do uso do pronome *nós* diferente estrutura do *eu*, no primeiro fragmento, é a chamada direta ao grupo composto por filósofos, além da introdução direta da imagem atribuída ao escritor no seu discurso. No caso da carta na língua original francesa, encontra-se o uso do *nous* ao invés do pronome *on*, cujo sentido é o mesmo, mas pode ser usado em caso de sujeito indeterminado. Em virtude dessa similaridade entre a escolha lexical na língua de origem, cujo sentido também é encontrado na tradução, é possível justificar o uso da imagem hugoliana como forma de persuasão. Por ser uma figura pública, a imagem atribuída a Victor Hugo em conjunção com a imagem dos filósofos permite ao argumento um caráter “peremptório e absoluto” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 351).

Mesmo que o jornal *le Droit de femmes* não apresentasse em seu *corpus* abordagens de questões revolucionárias propriamente ditas, segundo assinala Albistur e Armogathe (1977), o seu aparecimento incitou críticas de setores tidos como tradicionais da sociedade. Sobre esse aspecto, é necessário retomar, uma vez mais, o Tratado de Argumentação (2005), onde os autores atestam a relevância de uma dada mudança como um fator que atinge diretamente um contexto social. Por meio dele, é possível obter um utensílio preponderante para a compreensão do caráter da mudança provocado com o aparecimento da revista. Tal implicatura de mudança serve como justificação do que pode ser compreendido como “abalo” da confiança social, ocorrido após a publicação do periódico. O cenário não parecia ser propício para questionamentos sobre o lugar dado às mulheres na sociedade da época, mesmo após a ocorrência de revoluções de suma importância, conforme assinalado na introdução. Em função disso, o que é proposto pelo tratado é o de se apresentar essa mudança com justificações bem fundadas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005 p. 120), segundo ilustra uma passagem da carta:

---

<sup>16</sup> A expressão distanciada se refere ao uso dos pronomes em terceira pessoa, principalmente em discursos cujo traço característico é a objetividade (BARROS, 2005, p. 54).

(v) Viremos, com sorte, entender que uma sociedade é malfeita quando a criança é deixada sem luz, quando a mulher é mantida sem diligência, quando a servidão se disfarça sob o nome de tutela, quando o fardo é tão pesado quanto o ombro é mais fraco: e será reconhecido, que, mesmo do ponto de vista do nosso egoísmo, é difícil compor a felicidade do homem com o sofrimento da mulher.<sup>17</sup> (HUGO, 1872, anexo 1, tradução livre)

Hugo (v) traz à tona o se seriam questões típicas do comportamento masculino, conforme apresenta Duarte (2008), ao relatar a atitude de deixar as mulheres fora do seu campo de atuação de forma intencional. Para inverter o quadro, sem, contudo, provocar desconforto ao auditório, o autor utiliza como argumento a defesa dos valores aplicados à sociedade. Por se valer de um conteúdo aceito por estarem em conformidade com as regras aceitas pela sociedade, no caso, o valor da sociedade, Victor Hugo ameniza o embate entre diferença de opiniões. Com isso, a eficácia da argumentação entre interlocutor e o seu alocutário.

É presente, a todo o instante, a defesa dos ideais progressistas, característicos da imagem construída pelo autor. Não obstante, Hugo levanta como argumento um valor tido como importante pelo auditório, para que possa compreender o peso de tal tomada atitude. Como forma de fechar o pensamento proposto, Victor Hugo se vale ainda da comparação de que “[...] é difícil compor a felicidade do homem com o sofrimento da mulher<sup>18</sup>.” (HUGO, 1872, anexo 1, tradução livre). Têm-se a preocupação, por parte do autor, de assegurar a manutenção da felicidade do sexo masculino, estabelecendo uma relação direta com o atual estado de sofrimento da mulher. O atributo da *felicidade* pertence ao grupo de valores abstratos, inseridos na esfera daqueles que são amplamente aceitas por parte do auditório (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Hugo não o faz ao acaso, conforme o anunciar em paralelo com a necessidade de interromper o sofrimento da mulher. Por essa última se tratar da temática apresentada ao longo da argumentação em *dissenso*, colocá-la associada a um valor amplamente aceito, permite que o *efeito persuasivo* não perca em sua força. Ao contrário, pode chegar a incrementá-la.

## CONCLUSÃO

A dificuldade de se chegar a um acordo com a população, em virtude de um destaque dado na construção de uma autonomia do sexo feminino, pode ser justificada pela necessidade de se fazer concessões das partes em ação (INNERARITY, 2017). O princípio de se estabelecer um entendimento, permitindo um diálogo entre os comunicantes, requer a aceitação de certos compromissos pelos grupos. No caso apresentado, pode-se colocar em evidência a mudança de

---

<sup>17</sup> « On en viendra, espérons-le, à comprendre qu'une société est mal faite quand l'enfant est laissé sans lumière, quand la femme est maintenue sans initiative, quand la servitude se déguise sous le nom de tutelle, quand la charge est d'autant plus lourde que l'épaule est plus faible : et l'on reconnaîtra que, même au point de vue de notre égoïsme, il est difficile de composer le bonheur de l'homme avec la souffrance de la femme. » (HUGO, 1872)

<sup>18</sup> « il est difficile de composer le bonheur de l'homme avec la souffrance de la femme. ». (HUGO, 1872, anexo 1)

valores proposta no que concerne ao espaço da mulher na sociedade, como sendo este o objeto desencadeador do conflito. Antes restrita aos círculos domésticos, sem acesso às condições necessárias para a vida em sociedade, como o direito ao voto, por exemplo, a mulher passa a se atentar para as diferenças vigentes entre os sexos. Ao se colocar em defesa dessa causa, Hugo consegue oferecer um panorama dos valores normativos da época, como a indicação da necessidade de se realizar uma reflexão sobre o que seria a opinião da maioria.

A imprensa feminista se configura como sendo um veículo de suma importância para a propagação dos novos ideais para as mulheres, subvertendo a estrutura do pensamento dominante. Ao redigir a carta em apoio a Léon Richer, Victor Hugo tinha uma missão delicada ao criticar a postura tomada por uma sociedade contrária a essas revistas. Danblon (2005) lembra que, ao realizar uma crítica aos fundamentos da sociedade, o indivíduo corre o risco de ser banido por esse mesmo grupo. Os caminhos escolhidos por Hugo, ao realizar essa crítica, se mostraram em acordo com as regras ilustradas pela Danblon (2015), que, além de assinalar a existência de uma democracia saudável<sup>19</sup>, demonstra um domínio retórico por parte do escritor. Isso ocorre devido à atitude de incitar uma reflexão por parte da sociedade sobre os valores vigentes, sem, contudo, desrespeitar aos ideais do seu auditório. O que se tem é um domínio dos valores normativos compartilhados pelos conservadores, permitindo um posicionamento contrário, sem, contudo, o fazê-lo de forma possivelmente “agressiva”.

Não obstante, é ainda possível inferir, graças à trajetória política construída em torno da imagem do autor, justificado pelas condições de produção do seu discurso, o reconhecimento de Hugo na sua função de orador por parte da comunidade argumentativa (DANBLON, 2015, p. 68). Esse poder atribuído à fala hugoliana, na forma de reconhecimento mútuo, permite que ela faça críticas ao comportamento da população, mesmo que contrários à *doxa* conservadora. No estudo de duas passagens da carta, podemos perceber o autor se valendo dessa ferramenta retórica; ou seja, mesmo onde se vê um posicionamento contrário aos ideais vigentes, por meio do uso da sua imagem discursiva (*éthos*), Hugo atribui mais força à sua argumentação.

Pode-se assinalar que os artifícios usados por Hugo, em sua argumentação, compactuam com os ideais de Danblon (2005) no que se refere a manutenção de uma sociedade aberta. Ao criticar os valores vigentes, Victor Hugo exerce a sua função como cidadão pertencente a um estado de características democráticas. Por meio de elogios a um determinado grupo relevante, do uso de referenciais religiosos, do valor aceito pela comunidade atribuído ao domínio da felicidade, a argumentação vai sendo construída por parte do autor. O que se nota é a iniciativa para uma possível abertura do caminho para um futuro diálogo entre as partes antes em conflito. Danblon (2005) lembra que, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o *dissenso* não implica a ocorrência de um mal ou de um erro. Ao impor

---

<sup>19</sup> Danblon (2005) explica que uma “democracia saudável” não é sinônimo de uma sociedade que apresenta certo equilíbrio político. O termo se refere, neste caso, às questões discursivas, segundo as quais cidadãos permitem a revisão dos valores tidos como pilares das suas instituições.

uma reflexão para a reformulação dos valores, Hugo demonstra a característica chave dos valores defendido pela autora, como sendo estruturas convencionais e mesmo passíveis de serem revisados (DANBLON, 2005, p.27).

---

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, P., DESNÉ, R. *Manuel d'histoire littéraire de la France: 1789-1848*. Poitiers : Aubin, 1987, 4v.
- ALBISTUR, Maïté; ARMOGATHE, Daniel. *Histoire du féminisme français. Du Moyen Age à nos jours*. Paris : Editions des Femmes, 1977.
- AMARANTE, Maria Inês. Flora Tristan: jornalismo militante em tempo de revoltas. *Revista Katal*, v. 13 n.1, 2010.
- ANGENOT, Marc. *O discurso social e as retóricas da incompreensão. Consensos e conflitos na arte de (não) persuadir*. Org. Carlos Piovezani. São Carlos: Edufsc, 2015.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005.
- CAUQUELIN, Anne. *L'art du lieu commun. Du bon usage de la doxa*. Paris : Seuil, 1999.
- CHENUT, H. H. L'esprit antifeministe et la campagne pour le suffrage en France, 1880-1914. *Cahiers du Genre*, vol. 52, n° 1, 2012, p. 51-73.
- DANBLON, Emmanuelle. *Argumenter em démocratie*. Bruxelles: Éditions Labor, 2005.
- DUARTE, Constância Lima. *Nisia Floresta. Vida e Obra*. Natal: Editora da UFRN, 2008.
- DUBY, G.; FRAISSE, G.; PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. 4v.
- DUNKER, Christian et al. *Ética e Pós-verdade*. São Paulo: Porto Alegre, 2017.
- FIORIN, José Luíz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.
- FORGET, Evelyn L. Saint-Simonian Feminism. In : *Feminist Economics*, vol. 7, n° 1, 2001, p. 79-96.
- GOUGES, Olympe de. Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne. In: *Gallica: Les essentiels. Littérature. Anthologie: Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/essentiels/anthologie/declaration-droits-femme-citoyenne-0>. Acesso em 06 jan. 2019.
- HUGO, Victor. *Último dia de um condenado*. Tradução: Paulo Neves. Porto Alegre: L L&PM POCKET, 2017.
- HUGO, Victor. *Claude Gueux*. Paris: Livre de Poche, 2019
- INNERARITY, Daniel. *A política em tempos de indignação. A frustração popular e os riscos para a democracia*. Tradução de João Pedro George. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

- JÚNIOR, Manuel Alexandre. Eficácia Retórica: A palavra e a imagem. In: *Rhêthorikê: revista digital de retórica*. Convilhã, v. 1, 2008.
- KLEJMAN, L., ROCHEFORT, F. Le féminisme sous la troisième république: 1870-1914. Matériaux pour l'histoire de notre temps, n°1, 1985. *Histoire des femmes et du féminisme*. p. 8-11
- MOTTA, A. R. (Org.), SALGADO, L. (Org.). *Éthos discursivo*. São Paulo : Contexto, 2008.
- SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal : as feministas francesas e os direitos dos homens*. Tradução Elvino Antônio Funck. Florianópolis : Ed. Mulheres, 2002.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Carta escrita por Victor Hugo, acesso em 02/03/2019: [https://www.huffingtonpost.fr/morgane-ortin/lettre-de-victor-hugo-a-leon-richer\\_b\\_9112154.html](https://www.huffingtonpost.fr/morgane-ortin/lettre-de-victor-hugo-a-leon-richer_b_9112154.html)

## ANEXO 1

8 juin 1872

Monsieur,

Je m'associe du fond du cœur à votre utile manifestation. Depuis quarante ans, je plaide la grande cause sociale à laquelle vous vous dévouez noblement.

Il est douloureux de le dire : dans la civilisation actuelle, il y a une esclave. La loi a des euphémismes : ce que j'appelle une esclave, elle l'appelle une mineure ; cette mineure selon la loi, cette esclave selon la réalité, c'est la femme. L'homme a chargé inégalement les deux plateaux du Code, dont l'équilibre importe à la conscience humaine ; l'homme a fait verser tous les droits de son côté et tous les devoirs du côté de la femme. De là un trouble profond. De là, la servitude de la femme. Dans notre législation telle qu'elle est, la femme ne possède pas, elle n'est pas en justice, elle ne vote pas, elle ne compte pas, elle n'est pas. Il y a des citoyens, il n'y a pas de citoyennes. C'est là un état violent : il faut qu'il cesse.

Je sais que les philosophes vont vite et que les gouvernements vont lentement ; cela tient à ce que les philosophes sont dans l'absolu, et les gouvernements dans le relatif ; cependant il faut que les gouvernants finissent par rejoindre les philosophes.

Quand cette jonction est faite à temps, le progrès est obtenu et les révolutions sont évitées. Si la jonction tarde, il y a péril.

Sur beaucoup de questions à cette heure, les gouvernants sont en retard. Voyez les hésitations de l'Assemblée à propos de la peine de mort. En attendant, l'échafaud sévit.

Dans la question de l'éducation, comme dans la question de la répression, dans la question de l'irrévocable qu'il faut ôter au mariage et de l'irréparable qu'il faut ôter à la pénalité, dans la question de l'enseignement obligatoire, gratuit et laïque, dans la question de la femme, dans la question de l'enfant, il est temps que les gouvernants avisent. Il est urgent que les législateurs prennent conseil des penseurs, que les hommes d'Etats, trop souvent superficiels, tiennent compte du profond travail des écrivains, que ceux qui font les lois obéissent à ceux qui font les mœurs. La paix sociale est à ce prix.

Nous philosophes, nous contemplateurs de l'idéal social, ne nous lassons pas. Continuons notre œuvre. Étudions sous toutes ses faces, et avec une volonté croissante, ce pathétique problème de la femme dont la solution résoudrait presque la question sociale toute entière.

Apportons dans l'étude ce problème plus même que la justice ; apportons-y la vénération ; apportons-y la compassion.

Quoi ! il y a un être, un être sacré, qui nous a formés de sa chair, vivifiés de son sang, nourris de son lait, remplis de son cœur, illuminés de son âme, et cet être souffre, et cet être saigne, pleure, languit, tremble. Ah ! Dévouons-nous, servons-le, défendons-le, secourons-le, protégeons-le ! Baisons les pieds de notre mère !

Avant peu, n'en doutons pas, justice sera rendue et justice sera faite. L'homme à lui seul n'est pas l'homme : l'homme, plus la femme, plus l'enfant, cette créature une et triple constitue la vraie unité humaine. Toute l'organisation humaine doit découler de là. Assurer le droit de l'homme sous cette triple forme, tel doit être le but de cette providence d'en bas que nous appelons la loi.

Redoublons de persévérance et d'efforts. On en viendra, espérons-le, à comprendre qu'une société est mal faite quand l'enfant est laissé sans lumière, quand la femme est maintenue sans initiative, quand la servitude se déguise sous le nom de tutelle, quand la charge est d'autant plus lourde que l'épaule est plus faible : et l'on reconnaîtra que, même au point de vue de notre égoïsme, il est difficile de composer le bonheur de l'homme avec la souffrance de la femme.

Recebido: 22/7/2019

Aceito: 12/1/2021

Publicado: 28/1/2021